

## OS DITAMES DO EMPRESARIADO NO CAMPO DA EDUCAÇÃO: ações, implicações e perspectivas

*Cairo Lima Oliveira Almeida*<sup>1</sup>  
(UFRRJ, Brasil)

*William Kennedy do Amaral Souza*<sup>2</sup>  
(UFRRJ, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v6i10.831>

**Resumo:** O empresariado do comércio e da indústria é fração da classe dominante que se organiza politicamente e atua junto ao Estado com o objetivo de criar oportunidades para fazer valer seus interesses na definição de políticas e práticas educacionais para a formação escolar da classe trabalhadora. Historicamente, os empresários, sempre estabeleceram relações com o Estado. Em várias conjunturas demandaram por políticas e processos educacionais que correspondessem às necessidades de produção de mais-valia. Para isso, o empresariado fomenta concepções educacionais próprias, concepções que devem embasar o currículo da educação básica. Na atual conjuntura, várias fundações e institutos empresariais fomentam pesquisas e traçam objetivos para a educação pública.

**Palavras-chave:** Empresariado, Educação, Classes sociais.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente, é Educador Social no Programa Criança Feliz da Secretária Municipal de Desenvolvimento Social de Feira de Santana/BA. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-7661-8040> / E-mail: [acaoestrategica@yahoo.com.br](mailto:acaoestrategica@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente, é professor da Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Instituto Federal de Rondônia (IFRO-RO), Campus Colorado do Oeste. É membro do Grupo de Pesquisa Nômade e do Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação (NEDDATE/UFF). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6271-9422> / E-mail: [william.souza@ifro.edu.br](mailto:william.souza@ifro.edu.br)

## THE DICTATES OF ENTREPRENEURSHIP IN THE FIELD OF EDUCATION: actions, implications, and perspectives.

**Abstract:** The businessmen of commerce and industry are fractions of the ruling class that organize themselves politically; they work with the State in order to create opportunities to assert their interests in defining educational policies and practices for the working class. Historically, businessmen have always established relations with the State; at various times, they demanded educational policies and processes that corresponded to the needs of producing added value. To this end, the business community promotes its own educational concepts, concepts that must support the basic education curriculum. At the current juncture, several foundations and business institutes promote research and set goals for public education.

**Keywords:** Entrepreneurship, Education, Class.

## LOS DICTADOS DEL EMPRENDIMIENTO EN EL ÁMBITO DE LA EDUCACIÓN: acciones, implicaciones y perspectivas.

**Resumen:** Los empresarios del comercio y la industria son una fracción de la clase dominante que se organiza políticamente y actúa junto con el Estado con el objetivo de generar oportunidades para afirmar sus intereses en la definición de políticas y prácticas educativas para la formación educativa de la clase trabajadora. Históricamente, los empresarios siempre han establecido relaciones con el Estado; en diversas ocasiones demandaron políticas y procesos educativos que correspondieran a las necesidades de producción de valor agregado. Para ello, la comunidad empresarial promueve sus propios conceptos educativos, conceptos que deben sustentar el currículo de educación básica. En la coyuntura actual, varias fundaciones e institutos empresariales promueven la investigación y establecen metas para la educación pública.

**Palabras Clave:** Emprendimiento, Educación, Clases sociales.

## Introdução

A educação diz respeito a totalidade da sociedade e se vincula ao trabalho. As categorias fundamentais – e suas conexões – no ser social já estão colocadas no trabalho. Nesta perspectiva, o trabalho se amplia, progressivamente, até à totalidade da sociedade. O trabalho é a base dinâmico-estruturante do ser social (LUKÁCS, 1979), precede a educação e, no modo de produção capitalista, sua relação com a educação se estabelece dentro de um arranjo social marcado pela divisão sociotécnica da produção.

Trabalho e educação se correlacionam dentro uma complexidade histórica e econômica. Em cada momento e lugar histórico existiu uma determinada forma de trabalho que também orientou uma determinada sociabilidade, balizando também os processos educacionais. A educação, em um dado momento, foi convocada para atender as necessidades da industrialização fordista, sendo depois requisitada para atender as demandas do padrão de acumulação flexível (RODRIGUES, 1997). Agora, novamente volta ao centro das discussões, com o empresariado capitalista guiando os passos dos processos educacionais afim de reorganizar o sistema produtivo em detrimento da classe trabalhadora. O empresariado politicamente organizado faz as mediações necessárias para

garantir a valorização do capital mediante o implemento de concepções e iniciativas educacionais.

O empresário representa um tipo social com características especiais. Possui atributos diferenciados no interior da classe dominante, pois é dirigente e possui capacidades técnicas. Capacidades que não estão circunscritas a uma atividade apenas. O empresariado atua técnica e intelectualmente em áreas próximas a produção econômica, agindo no sentido de garantir e organizar a massa de homens; visa garantir “confiança” nas pessoas que investem na empresa. O empresário propõe confiança às pessoas que adquirem sua mercadoria (GRAMSCI, 1974).

A análise das ações políticas do empresariado - levando em conta a necessidade do capital em se reproduzir e universalizar o ensino médio - requer considerar as várias concepções empresariais de educação como síntese de múltiplas determinações.

A classe dominante tem uma relação histórica com o Estado e acumula experiências educacionais; atualmente, os institutos e fundações empresariais fomentam vários projetos e atuam junto ao Estado propondo práticas pedagógicas e concepções de gestão da escola, apresentam concepções de educação para a classe trabalhadora. É dentro da própria classe dominante que estas concepções são formuladas. É pensando essa situação que Marx e Engels (2008, p. 19) indicam que,

a classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de ideias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as ideias do seu domínio.

A sociedade moderna se organiza educacionalmente sobre as bases da produção industrial; como bem indica Saviani (2014), o trabalho organizado sobre as bases da indústria moderna é o princípio educativo da sociedade capitalista. De acordo com as mudanças na reprodução do capital, a educação se adapta a essas mudanças. Porém, essa adaptação não é imediata, já que a educação nunca reage simultaneamente aos movimentos do capital, daí a necessidade de fazer ajustamentos políticos periódicos (MÉSZÁROS, 2006).

Analisando a organização do trabalho atualmente, Rodrigues (1997), indica que, o processo de produção flexível produziu a desespecialização dos operários qualificados; tornou os trabalhadores e trabalhadoras polivalentes. Contudo, certas concepções de educação e sociedade são difundidas atualmente por intelectuais do empresariado, sendo algumas destas concepções: sociedade do conhecimento, da informação, industrializada e sociedade moderna. Essas denominações apreendem a sociedade em partes, ao invés do todo construído historicamente; apresentam uma concepção fragmentada da realidade, consideram as partes desconectadas do todo social.

Em oposição a estas concepções, deve-se entender o objeto a partir das relações sociais, os fenômenos como processos sociais, isso implica superar a naturalização da realidade e reconhecer que as relações sociais possibilitam o conhecimento de parcelas do real em suas múltiplas determinações; nessa perspectiva, um ato político não é resultado de ideias e desejos descolados de uma dada realidade histórico-social, resulta de relações

sociais. De acordo com Chauí (1980, p. 19), o real é resultado de um processo de construção social, as coisas possuem significados a partir disso.

## O neoliberalismo e as políticas educacionais

O Estado fundamentado na concepção neoliberal garante, principalmente, os interesses do mercado. O neoliberalismo surge como uma necessidade do capital mascarar suas contradições; não se trata apenas de uma teoria, é também uma 'doutrina', é uma 'profissão de fé' que se sustenta no discurso de que não existe alternativa a não ser a alternativa apresentada pelo capital (PAULANI, 2006 apud SILVEIRA, 2007). É nesse contexto de fragilização (e ao mesmo tempo de tomada) do Estado e fortalecimento do mercado que o empresariado vem se colocando enquanto força política.

O neoliberalismo vem sendo o parâmetro político norteador de vários governos desde a década de 90; é nesse cenário político-ideológico que o empresariado tem agido e fomentado uma educação favorável aos seus interesses; estas ações se materializaram - em seus vários níveis e modalidades - em vários projetos dedicados a educação (MARTINS, 2015). Vale ressaltar que, o interesse do empresariado pelo ensino básico não é um fenômeno novo, tem se construído historicamente ao longo de vários governos. Desde a constituinte de 1987 que as políticas em torno do direcionamento do ensino médio e do ensino profissionalizante se deram em torno de disputas (FRIGOTTO, 2010).

Desde *Adam Smith* que a burguesia se posiciona em relação a formação escolar da classe trabalhadora. O próprio Adam Smith, corifeu da doutrina liberal, defendia uma formação escolar mínima, porém, é no século XX e XXI que a burguesia passa a valorizar economicamente a formação escolar e exigir qualificação do trabalhador. Frigotto (2010), observa que a burguesia se distanciou - primeiramente - do trabalho manual, para posteriormente também se distanciar até de funções mais intelectuais no mundo do trabalho. É exigido do trabalhador qualificações para ocupar funções que não demandam apenas por habilidades manuais; é preciso garantir ao trabalhador, capacidades intelectuais para funções que até antes eram ocupadas pela burguesia.

Políticas para a educação formal da classe trabalhadora, em um cenário de fortalecimento do neoliberalismo, foram implementadas em vários governos. A reforma na educação básica, implantada no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) - na década de 1990 - resultou na flexibilização curricular, associou a formação técnico-profissional as demandas do capital; esta política se amparou no discurso de modularização dos currículos, haja vista que durante a formação, o estudante poderia obter vários certificados. Nesse momento, também foi criado o Programa de Apoio Científico e Tecnológico da Indústria (PACTI) e o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP). Estas políticas e programas educacionais tinham diretrizes científicas e tecnológicas fundamentadas no neoliberalismo (SILVEIRA, 2007).

A contrarreforma do ensino médio e técnico levada a efeito na década de 1996 se associava a reestruturação da produção, iniciada no Brasil a partir da década de 1990; momento em que as forças produtivas são caracterizadas por inovações tecnológicas<sup>3</sup>. Trata-se de um momento em que o neoliberalismo é iniciado no governo Collor de Mello

<sup>3</sup> Nesse período, a produção é marcada por elementos da microeletrônica.

e é levado adiante por FHC (SILVEIRA, 2007). Seguiu-se o receituário neoliberal de tornar o Brasil, cada vez mais, dependente do capital externo e formar cidadãos aptos a assumirem postos precarizados de trabalho.

O governo de FHC seguiu a política neoliberal do Banco Mundial, estabeleceu as condições políticas, sociais, econômicas e culturais necessárias para manter a relação de dependência do Brasil ao capital externo. A burguesia brasileira investe na economia sem romper com a lógica de dependência ao capital externo; essa dependência não é uma relação simples, trata-se de um complexo de relações enquadradas em uma totalidade social.

Segundo Silveira (2007), a década de 1990 representou uma inversão na cultura empresarial, nos princípios políticos e nas estratégias de obtenção de consenso, particularmente no que diz respeito à defesa do livre mercado.

Em governos neoliberais há o fortalecimento do setor privado e se estabelece uma cultura de valorização da individualidade. O papel do Estado no neoliberalismo é garantir a propriedade privada e a segurança para o funcionamento do mercado; as empresas e a iniciativa do empresariado são consideradas as chaves para a geração de riqueza (HARVEY, 2011). O empresariado organizado passa a assumir um papel político e toma para si a missão de “ajustar a sociedade” de acordo com suas concepções econômicas. As políticas para educação pública se vinculam as políticas de retrocessos nos direitos trabalhistas.

A “reforma” trabalhista executada por Michel Temer, em 2017, afetou diretamente o futuro profissional da mais nova geração de jovens. Dentre as mudanças legislativas previstas para a reforma trabalhista, há a regulação do trabalho intermitente. De acordo com o substitutivo do deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), o trabalho intermitente se refere a um acordo de trabalho em que o trabalhador presta serviços de forma descontínua para uma empresa. Nestas condições, o trabalhador autônomo, não possui os mesmos direitos que um trabalhador em condições previstas pela lei anterior; está excluído de direitos como, 13º salário, férias ou FGTS. Nestas novas condições, os trabalhadores devem fazer suas próprias contribuições previdenciárias.

Desse modo, o Estado brasileiro se coloca em um duplo movimento para auferir benesses ao empresariado capitalista. Propõe melhorar o desempenho escolar e, ao mesmo tempo, promove a precarização das condições de trabalho; propõe garantir um “novo ensino médio” permitindo a legalidade e a flexibilização das relações contratuais de trabalho. O Estado contrarreformista, como bem indica Behring (2003), se retira da regulação das relações contratuais entre patrão e empregado. Trata-se de políticas que promovem retrocessos nos direitos garantidos historicamente pela classe trabalhadora. A PL 6.787/16 (“reforma” trabalhista) possui as mesmas características da política neoliberal da época de FHC. Pode-se afirmar que, a reorganização do capitalismo em todo o mundo demanda pela remodelação das políticas econômicas e sociais, implica na redução de gastos públicos com saúde e educação.

## Os empresários e o Estado

Historicamente, a classe dominante é politicamente representada no governo federal; em um dado momento, o Estado assumiu um caráter corporativista em relação a classe

trabalhadora e em relação a classe dominante. Aplicou políticas desenvolvimentistas no intuito de atender os interesses da burguesia brasileira. Nesse momento, a classe dominante assume novas características políticas de atuação junto ao Estado. Coutinho (2011) ressalta que – diferentemente de outros momentos históricos - a burguesia atua junto ao Estado construindo hegemonia. Construção de hegemonia implica defender um projeto que pareça ético e político para toda a sociedade, nesse sentido, a classe dominante não constrói consenso somente com frações de sua própria classe.

A classe dominante precisou recorrer ao consenso para obter hegemonia. Essa constatação ajuda identificar os rastros históricos dessa relação e entender como os empresários atuam junto ao Estado e se fazem presentes nos espaços de poder para a definição de políticas educacionais. No interior do Estado, a fração empresarial, atua fazendo valer suas demandas que podem não corresponder aos interesses de outras frações da própria classe burguesa e da classe trabalhadora que também compõe a ossatura do Estado.

De acordo com Coutinho (2011), o Estado brasileiro em seu processo de independência, estabeleceu em seu interior um rearranjo das diferentes frações da classe dominante; nessa perspectiva, a independência não se tratou de uma revolução propriamente, houve a manutenção de aspectos políticos e socioeconômicos anteriores; as elites continuaram preservando seu posicionamento politicamente dominante. O Brasil desde o início de sua formação enquanto Estado não tinha uma classe dominante que tivesse relação com o povo (COUTINHO, 2011). A própria nação foi formada pelo Estado e não por meio de ações das camadas populares.

De 1930 até 1990 (momento de dominação do capital financeiro) a fração que se destacava no bloco de poder foi a fração relacionada ao capital industrial; o corporativismo era um traço característico do Estado. A formação de um Estado corporativista semelhante ao fascismo italiano resultou de uma sociedade moderna marcada pela presença de múltiplos interesses políticos; diante dessa realidade, o Estado precisava criar mecanismos internos para garantir a representação destes interesses.

A partir de práticas corporativas, o Estado passa a representar os interesses da sociedade civil em seu interior; essa era a novidade do Estado em 1930. Mesmo sendo autoritário e centralizador esteve a serviço do setor privado; mesmo tendo se superposto a ordem privada, não superou sua subserviência ao setor privado (COUTINHO, 2011).

O fortalecimento da sociedade civil explica em grande medida o esforço político do empresariado em atuar junto ao Estado e se colocar como parte de uma força social hegemônica. O empresariado age motivado e ancorado em um discurso (e fica só no discurso) de compromisso social; esse compromisso também se refere ao papel do Estado, aos processos de reforma e de contrarreforma que são executados de cima para baixo, por meio de estratégias de obtenção de consenso.

Após a disputa acirrada, materializada na Constituinte de 1987, no trâmite do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBDEN) e as eleições de 1989 para a Presidência da República, o capital, por mediação do Estado, requereu modificações para além daquelas promovidas pelo governo empresarial-militar nos anos de 1960-1970. Levando-se em conta as políticas promovidas no campo da educação e da produção de ciência e tecnologia, a burguesia brasileira vem, desde a década de 1990, mantendo um

projeto econômico de caráter dependente, relegando o Brasil à condição de importador de tecnologias e demarcando, assim, seu lugar na divisão internacional do trabalho (SILVEIRA, 2007).

Durante o processo de desenvolvimento social-capitalista, a classe dominante, ampliou suas organizações e demanda por formação escolar e profissionalizante, essa exigência continua ainda hoje. Os empresários brasileiros organizados em fundações e institutos se envolvem diretamente em assuntos educacionais exigindo educação pública de qualidade e difundindo práticas educacionais baseadas em concepções oriundas da cultura administrativa empresarial. O capital possui demandas que exigem novas competências do trabalhador, demanda por atributos educacionais e comportamentais, procedimentos técnicos, comportamentais e emocionais.

Tudo isso reflete a imprevisibilidade do mercado com suas constantes mudanças e exigências por aperfeiçoamentos profissionais e qualificação de trabalhadores. As exigências não são as mesmas do período fordista<sup>4</sup>, as atribuições demandadas dos trabalhadores se referem a uma nova situação do capital. É neste contexto que uma fração do empresariado apresenta alternativas educacionais e soluções empresariais para a formação escolar e profissionalizante da classe trabalhadora. Os próprios empresários, hoje, estão agindo diretamente no interior das escolas públicas, apresentam “soluções” que, embaladas em um discurso de responsabilidade social visa apenas vantagens aos próprios empresários, que agem a partir de um consenso: oferecer educação pública à classe trabalhadora com a finalidade de garantir formação de capital humano e ajustamento às novas condições de trabalho.

A ação empresarial no campo da educação ocorre com a defesa de concepções e práticas que devem mediar à formação educacional da classe trabalhadora. As ações de diferentes frações burguesas justificaram contrarreformas no ensino médio de diferentes governos. A relação do empresariado com a educação expressa sua capacidade política de mobilizar recursos institucionais para fazer valer suas demandas econômicas, sociais e políticas. Os empresários ou a elite empresarial possui a capacidade de intervir e garantir a organização geral da sociedade; pode atuar em todo seu complexo de organismos e serviços, pode agir até mesmo no Estado; tem por objetivo a expansão da própria classe. O empresariado possui a capacidade de escolher empregados especializados, preparados para organizar as relações externas da empresa (GRAMSCI, 2001).

As ações empresariais na educação também acontecem a partir de parcerias público-privadas (MARTINS, 2015). O envolvimento do empresariado com políticas educacionais indica que a educação na sociedade capitalista não pode ser entendida como elemento neutro e, ou, desinteressado. Pelo contrário, a escola desenvolve traços de personalidade que garantem a sua funcionalidade na estrutura hierárquica da empresa moderna, nessa perspectiva, a escola garante a subjetivação de valores. A escola produz conhecimento geral vinculado a um tipo específico de treinamento oferecido pela fábrica e por outros sistemas produtivos (FRIGOTTO, 2010).

---

<sup>4</sup> Fordismo é um sistema de produção industrial criado pelo empresário norte-americano Henry Ford, fundador da Ford Motor Company, em 1914. Esse sistema foi utilizado em indústrias do mundo todo no século 20, principalmente entre as décadas de 1920 e 1970.

## As ações políticas do empresariado

O ensino básico virou assunto de interesse do empresariado brasileiro, sofre a ação direta de várias instituições e fundações empresariais que apresentam soluções para os "problemas" de gestão e deficiências no ensino das escolas públicas. Em Outubro de 2016, quando tramitava a MP nº 746, que se transformaria na Lei nº 13.415, foi formada uma Comissão Mista com a finalidade de promover várias Audiências Públicas com o objetivo de realizar um parecer. Vários requerimentos foram emitidos para a participação do empresariado no aprimoramento do projeto de lei.

Dentre as várias mudanças propostas na Lei nº 13.415/2017, há a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, ensino para o desenvolvimento de competências e formação a partir de itinerários formativos (BRASIL, 2017). A Lei nº 13.415/2017 é apresentada como uma necessidade natural de ajustamento da educação às novas características profissionais demandadas pelo mercado; nessa perspectiva, educação é compreendida como fator econômico na medida em que, "a falta de escolaridade reflete diretamente nos resultados sociais e econômicos do país" (BRASIL, 2016). Trata-se de uma política legislativa enquadrada em um cenário político institucional de contrarreformas neoliberais em que o Estado é pressionado por frações da classe dominante à implementação de políticas que promovam retrocessos nos direitos trabalhistas, previdenciário, e nos demais direitos conquistados pela classe trabalhadora. A Lei é implementada para atender demandas econômicas e culturais de uma sociedade dividida em classes.

O ato político de parlamentares convocarem a presença do empresariado para a elaboração e definição de um projeto de lei indica o valor político atribuído às organizações empresariais. Para a formulação da lei nº 13.415/2017, foram editados vários requerimentos, sendo um destes requerimentos direcionado à presidente-executiva do movimento empresarial, "Todos pela Educação". A justificativa apresentada é que este movimento é de toda a sociedade brasileira<sup>5</sup> e que não possui pretensões partidárias. A comissão parlamentar também justificou que este movimento poderia oferecer orientação técnica junto a comissão.

Também foi requisitada a presença do Presidente do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), organização fundada e mantida pela Odebrecht<sup>6</sup>. A justificativa para a participação do ICE é o reconhecimento de seu envolvimento produtivo em assuntos educacionais. É bom destacar que o ICE tem desenvolvido uma metodologia para o ensino em tempo integral, é parte de um programa chamado: "Escola Viva" (BRASIL, 2016); também foi feito um requerimento ao Diretor-Executivo da Fundação Lemann, Deniz Mizne; na justificativa do requerimento para a colaboração da Fundação Lemann consta o caráter familiar da Fundação e o reconhecimento de suas ações no campo da educação; outro requerimento foi emitido para o Superintendente-Executivo do Instituto Unibanco,

---

<sup>5</sup> Em uma breve consulta aos nomes que compõem o "Todos Pela Educação"<sup>5</sup> podemos notar que é um movimento formado por empresários. Entre os mantenedores estão a DPaschoal, Bradesco, Itaú, Telefônica, Unibanco, Suzano, Lemann, Vale e Natura.

<sup>6</sup> É uma das maiores empresas de prestação de serviços na área de construção de edificações do país; esteve envolvida em casos escusos com o governo federal. De acordo com o parecer da justiça sua relação de corrupção com o governo remonta ao ano de 2003.

Ricardo Henrique; o requerimento apresenta a justificativa de que o Instituto Unibanco poderia contribuir para o desenvolvimento da MP nº 746/2016, tendo em vista o projeto, "Jovem do Futuro". Anna Penido, do Instituto Inspirare, também foi convidada para participar dos trabalhos parlamentares. A comissão justifica o requerimento para organização, considerando o seu caráter familiar e o fato de ter realizado uma pesquisa intitulada "*Nossa Escola em (Re) Construção*", ressaltando o desenvolvimento de inovações empreendedoras por parte do Instituto Inspirare e sua atuação em políticas públicas.

É evidenciado nos documentos resultantes dos processos legislativos, em torno da MP nº 746/2017, que o empresariado vem marcando presença nos espaços de poder, no intuito de intervir diretamente no campo da educação; porém, deve-se constatar que a presença do empresariado no governo não é um fenômeno novo, vem ocorrendo, efetivamente, desde o Estado Novo.

A presença do empresariado no Estado resulta em uma correlação de forças desfavorável à classe trabalhadora. Como bem pontua a deputada federal do PT, Maria do Rosário, os trabalhadores não tiveram presença marcante no processo de formulação da MP 746 e sua posterior transformação na Lei nº 13.415/2017; a deputada indica que a MP nº 746 propõe fazer alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) sem considerar a opinião dos estudantes e das entidades estudantis representativas, dos professores e pesquisadores que se dedicam aos assuntos educacionais (BRASIL, 2016). É feito apenas um requerimento para que uma representante do movimento estudantil participe de uma Audiência Pública, Camila Lane, presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) (BRASIL, 2016). A deputada descreve a situação nestes termos:

de tal forma, a MP promoveu alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) sem considerar a opinião dos estudantes e suas entidades representativas, dos professores, ou a contribuição de pesquisadores que debatem a necessidade de mudanças no ensino médio como forma de enfrentar a evasão escolar e construir uma educação que dialogue com a realidade dos alunos (BRASIL, 2016).

O Ministério da Educação (MEC) recorre às orientações educacionais de organizações empresariais para ajudar na definição de projetos educacionais; o poder executivo estabelece relações institucionais com essas organizações; nessa perspectiva, o Estado cria vínculos com setores organizados da classe dominante e com frações do empresariado que se organiza no interior da sociedade civil. Pode-se concluir que, o Estado atual não existe independentemente da sociedade capitalista. A estrutura econômico-social, a dimensão jurídico-político-ideológica, influencia diretamente nas diretrizes políticas e científicas, influência as políticas públicas para a educação.

## **As perspectivas educacionais dos empresários comerciantes e industriais**

Conforme vimos anteriormente, desde Adam Smith que a burguesia manifesta interesse pela educação da classe trabalhadora, entretanto, esse interesse muda de acordo com as demandas da economia capitalista, de acordo com as mudanças na organização do processo produtivo. Pode-se afirmar que,

atualmente a burguesia empresarial propõe uma formação escolar que não seja limitada ao nível básico. Até os anos de 1990 para a classe empresarial a formação geral destinada a todos deveria se restringir ao Ensino Fundamental de oito anos, essa formação deveria envolver o domínio dos rudimentos da escrita, leitura e cálculo; a extensão para 14 anos ocorreu com a Emenda Constitucional nº 59 em 2009 (MARTINS, 2015, p. 82).

Ao analisar a atuação do empresariado na educação, bem como a relação que estabelece entre educação e mercado, Rodrigues (2007), lança mão de duas categorias, quais sejam, educação-mercadoria e mercadoria-educação; estas categorias ajudam desvelar as disputas entre as frações (empresariado) em torno da educação. Neste sentido,

existem duas formas básicas de a burguesia, isto é, o capital, encarar a educação escolar: educação-mercadoria ou mercadoria-educação. Cada uma dessas perspectivas se liga diretamente à forma como o capital busca a autovalorização e cada uma dela é face de uma mesma moeda, ou seja, são formas sob as quais a mercadoria se materializa no campo da formação humana (...). De forma, ao mesmo tempo, análoga e contrária ao capital comercial, o capital industrial, demanda prioritariamente por educação-mercadoria (RODRIGUES, 2007, p.5).

No que se refere a categoria mercadoria-educação, a educação se vincula aos interesses comerciais da fração burguesa do setor de serviços. Os representantes desta fração propõem a liberdade de ensino e condenam o controle por parte do Estado. Educação-mercadoria segue uma perspectiva inversa, se refere ao setor produtivo. É reivindicada pela fração industrial uma educação de qualidade sob controle do Estado; como ocorre com as universidades federais, com os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e com os Institutos Federais (IFs). Assim, a fração industrial

elabora propostas claras de subsunção da educação superior (e do desenvolvimento) às necessidades do 'processo produtivo, tal qual o slogan 'educação para o desenvolvimento' ou 'conhecimento para a competitividade', geralmente clamando pela ação do Estado, seja como provedor qualificado de mercadoria-educação, seja como agência reguladora (RODRIGUES, 2007, p.5).

Rubem Barros (2017), em matéria publicada no site, "Revista Educação", notícia que as escolas privadas se tornam alvo de grandes investimentos financeiros de grupos nacionais e internacionais; o ensino básico se torna foco de investimentos e ganha a atenção de investidores de grupos empresariais poderosos. De acordo com a lógica da educação-mercadoria, a educação básica passa por um processo muito semelhante às outras áreas da economia, é alvo de investimentos que visam a competitividade do setor. Estes investidores financiam escolas que dentre outros objetivos, visam formar e qualificar para as novas linguagens tecnológicas. Há a promoção de profissionais adaptados à utilização de novas linguagens e utilização de recursos tecnológicos avançados; esse processo já vinha ocorrendo na educação superior e passa a ocorrer também na educação básica (BARROS, 2017).

A formação escolar se articula a divisão sociotécnica e internacional do trabalho. Neste cenário, Martins (2015, p. 76), afirma que, o trabalhador deve possuir uma formação adequada às necessidades do capital; deve-se garantir uma formação no ensino médio que qualifique o estudante para as demandas do mercado. Guimarães (2013), aponta para a presença do empresariado organizado em fundações e institutos na área educacional; estas organizações promovem a socialização de crianças de acordo com os interesses empresariais, também abre oportunidades para negócios.

A mobilização do empresariado é justificada pelo interesse em tornar a educação um setor competitivo. Há um aumento progressivo dessa movimentação; negócios são realizados em diferentes regiões do mundo, estas regiões possuem diferentes índices econômicos.

No que diz respeito à liberdade de ensino e sua relação com o Estado, não há consenso entre as frações burguesas. De um lado encontram-se a fração que não se opõe ao controle e a regulação do Estado, de outro, há a fração que defende a liberdade do mercado comercializar o ensino. O movimento chamado, Educação sem Estado, reivindica a total desvinculação da educação do MEC. Trata-se de um movimento organizado no interior da sociedade civil que defende o mercado e sua capacidade de prestar serviços educacionais sem qualquer controle e regulação por parte do Estado.

O movimento *Educação sem Estado* ganhou força em 2017 e estabeleceu parceria com várias organizações propagadoras de ideias neoliberais, tais como, o Instituto Liberdade e Justiça e o Instituto Liberal de Minas Gerais. O referido Movimento guarda semelhança com outro movimento também de caráter conservador, Escola sem Partido. Defende que a qualificação do professor e seu papel na escola devem ficar à mercê dos interesses particulares do mercado educacional.

O empresariado associado as empresas que comercializam educação e o setor industrial fazem avaliações políticas diferentes a respeito do Estado e seu papel no campo da educação. As exigências por qualidade educacional também são diferentes. O empresariado industrial, representado pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) manifesta a necessidade de garantir a qualificação da classe trabalhadora.

As frações da classe dominante não possuem consenso sobre o papel do Estado. Para uma determinada fração da burguesia, os direitos sociais e as políticas públicas universais não são favoráveis a um Estado moderno (MARTINS, 2015).

O interesse dos industriais por assuntos educacionais não é coisa do passado. Recentemente, um documento é lançado para servir de guia aos candidatos às eleições presidenciais de 2014; trata-se da publicação, "Educação para o mundo do trabalho: a rota para a produtividade". É uma publicação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) que apresenta a concepção de educação do empresariado industrial para a formação da classe trabalhadora; considera as necessidades de qualificação para um melhor desempenho da capacidade produtiva do trabalhador e para uma melhor adaptação aos processos produtivos marcados por elementos tecnológicos avançados. Nessa publicação da CNI afirma-se que:

a educação eleva a produtividade. Por isso, o maior desafio do sistema educacional formal e profissional brasileiro é o de preparar os jovens e adultos para um mercado de trabalho em profunda mutação tecnológica e organizacional. Porém, a baixa escolaridade da população brasileira e a baixa qualidade da educação são fatores que interferem na capacidade dos trabalhadores de interagir com as novas tecnologias e métodos de produção, com efeitos negativos para a produtividade e a competitividade e, consequentemente, para o crescimento econômico sustentado (CNI, 2014, p. 9-10).

Durante um longo período, os industriais, no processo de desenvolvimento capitalista estiveram a frente da classe dominante. Se apresentaram como a classe que estava na vanguarda do processo de desenvolvimento espiritual da humanidade (RODRIGUES, 1997). Deve-se considerar que a participação dos industriais no debate educacional remonta a

década de 1930, se manifestam desde o começo do processo da industrialização tardia no Brasil (RODRIGUES, 2007). Em relação a participação dos industriais nos debates educacionais na década de 1990, Rodrigues (2007, p. 8), apresenta informações importantes, ao afirmar que:

na década de 1990, houve uma grande produção intelectual que mostrava, de certa forma, admirada e celebratória, o ingresso dos empresários (industriais) brasileiros no debate educacional. A explicação oferecida aos educadores sobre essa "novidade" residia na mudança do padrão da sociabilidade capitalista que se processava no Brasil; notadamente, desde o fim da década de 1980.

## Considerações finais

Para o empresariado nacional e internacional o mundo atualmente requer a "sociedade de bem-estar". Essa concepção delega à própria sociedade civil a capacidade de resolver seus problemas. A escola cumpriria o papel de formar para garantir a autonomia do indivíduo. Diante desta nova realidade, os seres humanos devem ser educados para se tornarem autônomos, colaborativos e participantes, enfim, uma formação para atuar em um mercado cada vez mais exigente.

A relação da classe dominante com a educação, historicamente, é representada como o interesse dos empresários em democratizar o acesso – da classe trabalhadora – a educação; porém, estudos apontam que, em essência, existe a necessidade de se estabelecer uma relação estreita entre educação e mercado para moldar moralmente e politicamente o trabalhador – principalmente em épocas de crise econômica – ao modo de produção capitalista.

As frações do empresariado capitalista se organizam politicamente para intervir na educação da classe trabalhadora. Hoje, as ações do empresariado capitalista são mais frequentes que em outras épocas, se relacionam as condições gerais da divisão social do trabalho. Estas ações se associam ao acirramento da agenda neoliberal com sua consequente agressividade aos direitos históricos da classe trabalhadora. Muitos intelectuais e militantes de movimentos sociais reagem contra os rumos tomados pela educação pública na atual conjuntura. Mesmo em situação desfavorável na correlação de forças, tem havido múltiplas reações políticas as ações do empresariado no campo da educação pública. Neste sentido, as conquistas neoliberais não são definitivas, há movimentos contrários.

Diante da implementação de políticas contra reformistas e precarização do serviço público, deve-se considerar as resistências a esses processos. A classe trabalhadora da cidade e do campo acumulou ricas experiências educacionais. Há uma grande variedade de autores que relacionam educação com a superação das principais contradições geradas pelo modo de produção capitalista.

Os próprios movimentos sociais brasileiros apresentam experiências embasadas em princípios educacionais emancipadores. O Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) fomenta vários projetos educacionais em várias localidades do país. A Escola Nacional Florestan Fernandes é um destes projetos, trata-se de um projeto educacional de reconhecimento internacional. A classe trabalhadora possui ricas experiências históricas que resultaram em grandes sistemas teóricos e concepções de educação; seus marcos teóricos vão de uma pedagogia de viés político revolucionário a uma pedagogia de caráter

político progressista. Esperamos que essas experiências possam se alastrar cada vez mais pela classe trabalhadora e que essa possa a vir refazer o sistema educacional brasileiro.

## Referências

BARROS, Rubem. **Setor de educação básica entra no radar dos investidores**. Disponível em: <http://www.revistaeducacao.com.br/setor-de-educacao-basica-entra-no-radar-dos-investidores/>. Acesso em: 17 de Janeiro de 2017.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma**: destruição do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003. p. 304.

BRASIL. **Lei nº 13.415 de 16 de Fevereiro de 2017**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, DF, 2017.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016**. Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Brasília, DF, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Educação para o mundo do trabalho**: a rota para a produtividade. São Paulo: CNI, 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estado Brasileiro**: Gênese, Crise, Alternativas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Caderno do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. V. 4, p. 241 – 282.

GRAMSCI, Antonio. **El Risorgimento**. Buenos Aires: Granica, 1974.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

LUKÁCS, Georg. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, André Silva. Formulações da classe empresarial para a formação humana: da educação política à educação escolar. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 10, n. 20, julho/dezembro de 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Freidrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

RODRIGUES, José dos Santos. **O moderno príncipe**: O pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Industria. Campinas: UNICAMP, 1997.

RODRIGUES, José dos Santos. **Os empresários e a educação superior**. Campinas: Autores Associados. 2007.

SAVIANI, Dermeval. História, trabalho e educação: comentário sobre as controvérsias internas ao campo marxista. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. UFBA, v. 3, n.º. 2, 2014. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/9448>. Acesso em: 15 de Abril de 2016.

SILVEIRA, Zuleide S. **Contradições entre capital e trabalho**: concepções de educação tecnológica na reforma do ensino médio e técnico. 2007. 266 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2007.

Submetido em: 22/04/2021

Aprovado em: 30/04/2021



Esta obra está licenciada com uma Licença  
Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional